

ATA Nº. 3/2016 - Mandato 2013/2017

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E DEZASSEIS.-----

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente, em primeira reunião da Sessão de abril, a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia:-----

A reunião teve início nos termos do Regimento às 21h00.-----

Ponto 1 - Informação do Presidente da Câmara, relativa à Atividade Municipal no período compreendido entre 01/02/2016 e 15/04/2016. -----

Ponto 2- Apreciação e votação dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre o Município de Ílhavo e as Juntas de Freguesia. -----

Ponto 3 - Apreciação e votação da Prestação de Contas de 2015. -----

Ponto 4 - Apreciação e votação da Aplicação dos Resultados de 2015. -----

Ponto 5 - Apreciação e votação da 2ª. Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2016.-----

Ponto 6 - Apreciação e votação da prorrogação dos procedimentos concursais de pessoal.-----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, Fernando Maria Paz Duarte e pelo primeiro secretário, Carlos Sarabando e segunda secretaria Margarida São Marcos.-----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente da Câmara Fernando Caçoilo e os Vereadores Marcos Ré, Paulo Costa, José Vaz, Ana Bastos, António Pedro Martins e Beatriz Martins.-----

FALTAS:-----

Apresentaram pedido de justificação por motivo de ausência do município nos termos do artigo 6º. do Regimento, os membros Luís Leitão e Sofia Senos, do PS, foram substituídos por Hugo Lacerda e Joana Lopes e Carla Lima do BE, que foi substituída por Kevin Tavares. Pediu ainda justificação de falta por motivo de doença súbita o membro João Oliveira, do PS, cuja justificação a Mesa aceitou.-----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado a presença de 24 dos 25 Membros que o compõem: Fernando Maria Duarte, Carlos Sarabando, Margarida São Marcos, Hugo Lacerda, Barbara Gabriel, António Flor Agostinho, António Pinho, João Bernardo, Júlio Barreirinha, Joana Lopes, Sérgio Lopes, Eduardo Conde, Lurdes Faneca, Kevin Tavares, Emanuel Costa, Hugo Rocha, Daniel Santiago, Irene Ribau Esteves, João Roque, Amantino Caçoilo, João Campolargo, Carlos António Rocha, Augusto Rocha, e Luís Diamantino.-----

Período de intervenção do público, conforme os artigos 44º. e 45º. do Regimento:-----

O Presidente da Mesa abriu as inscrições para a ala do público, tendo-se inscrito o Senhor João Manuel Santos Mourão, ao que, o Presidente de imediato lhe concedeu a palavra.-----

O Município refere que é residente no município de Vagos e solicitou há 17 meses documentação à Câmara de Ílhavo, para poder propor o aluguer do espaço propriedade da mesma, a chamada Unidade de Saúde da Praia da Barra, composta pela fracção B, do prédio inscrito na matriz predial urbana da freguesia da Gafanha da Nazaré sob o artigo 5.940 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ílhavo, sob o número 9.126, sito na rua comandante Azevedo e Silva, na Praia da Barra, situada ao nível do r/c, com uma área de 376 m², constituída por 8 salas, 4 espaços de arrumos e 2 blocos de instalações sanitárias. Reclama o elevado tempo que demoraram a dar uma resposta, pois pretendia por em funcionamento um negócio ligado à área da saúde. Diz que muito tardiamente é que a Câmara lhe enviou a notificação da deliberação sobre a sua proposta.-----

Presidente da AMI: Pergunta ao Presidente da Câmara se pretende responder ao município, verificando de imediato que este abandonou a sala logo após terminar a sua intervenção.-----

Presidente da Câmara: Começa por dizer que embora o interessado tenha abandonado a sala, o Sr. Mourão volta a entrar e exclama em voz alterada algumas palavras que não foram entendidas e, abandona definitivamente a sala. O

Presidente conclui, dizendo que aproveita esta ocasião para informar os senhores membros da AMI: O visado não concorreu no âmbito do concurso, tendo logo após, solicitado à Câmara o seu aluguer para o qual apresentou proposta, oferecendo metade do valor mensal que constava no programa de concurso, solicitou ainda uma declaração de conforto. Esta foi de imediato negada, por se entender não dever a Câmara interceder em negócios de cariz privado. Acresce ainda, não estar a Câmara autorizada a negociar/contratualizar com o requerente condições de arrendamento diferentes daquelas que submeteu a concurso e só assim se acautela o devido respeito, pelos princípios da concorrência e da transparência, a que a Administração está vinculada, por isso o processo foi apresentado em reunião do executivo, da qual o Sr. Mourão foi notificado.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Presidente da Mesa: Coloca a apreciação as atas nºs 1 e 2/2016, correspondentes à Sessão de Fevereiro, estas são retiradas porque o seu envio foi feito tardiamente e sem as devidas correções. -----

Sérgio Lopes: Faz algumas considerações sobre as convocatórias e solicita ao Presidente da Mesa, para não se usar a metodologia de adenda à mesma como tem sido habitual e sempre tem vindo a acontecer.-----

Presidente da Mesa: Informa que a adenda resulta da necessidade dos documentos que vêm à AMI, terem de cumprir em primeiro lugar a decisão do executivo e o tempo que medeia entre reuniões, muitas vezes necessitamos de fazer adenda para cumprir o calendário.-----

Presidente da Mesa: **passa a fazer a leitura dos diversos documentos entregue à Mesa e numerados de 1 a 5:----**

Presidente da Mesa: Colocados os documentos apresentados e lidos em voz alta a aceitação para posterior votação da Assembleia, são aceites para votação os documentos nºs. 1, 2, 3 e 5. O documento nº. 4 é retirado pelo preponente, face às observações não fundamentadas, nomeadamente a quantificação. O preponente retira e diz voltar a apresentar na Sessão de Junho.-----

Doc. 1 – Apresentado pelo Grupo parlamentar do Partido Social Democrata – PSD.-----

“Voto de Louvor-----
O Illiabum Clube é uma instituição Ilhavense que ao longo dos seus 73 anos de existência, tem tido um papel importante na elevação do nome de Ílhavo no panorama desportivo regional e nacional, reforçado recentemente pela sua equipa sénior de basquetebol, que no passado dia 16 de Abril ao vencer a equipa do Vasco da Gama, conquistou o 1.º lugar da época regular do Campeonato da Pró-liga, garantindo com esta classificação a subida automática à Liga Portuguesa de Basquetebol.-----
Este resultado, foi o corolário de uma época vitoriosa, durante a qual registou apenas três derrotas, duas delas com o Atlético para o campeonato da pró-liga e a outra com o Benfica na Final 8 da Taça de Portugal, na qual garantiu o apuramento para a final eliminando uma equipa da Liga.-----
Esta conquista e todo o trabalho que o Illiabum Clube tem vindo a desenvolver na formação desportiva e cívica de muitos jovens Ilhavenses, são merecedores do reconhecimento e agradecimento da Assembleia Municipal de Ílhavo, bem como pelo relevante papel que tem desempenhado na promoção e engrandecimento de Ílhavo, quer a nível regional quer a nível nacional.-----
Reconhecendo a qualidade do trabalho, bem como a competência, a dedicação e o mérito dos jogadores, equipa técnica e dirigentes, a Assembleia Municipal de Ílhavo aprova o presente voto de louvor ao Illiabum Clube, testemunhando o seu apreço pelo notável trabalho que todos desenvolveram para alcançar mais um título nacional e um percurso desportivo de excelência que também honram e engrandecem o Município de Ílhavo.-----
Ílhavo, 29 de Abril de 2016. O Grupo Parlamentar do PSD.”-----
Colocado à VOTAÇÃO o Documento nº 1, é o mesmo **aprovado por unanimidade** e subscrito por todos os Grupos parlamentares representados na AMI.-----

Doc. 2 – Apresentado pelo Grupo parlamentar do Partido Social Democrata – PSD.-----

“Voto de pesar-----
Maria de Lurdes Jesus Vieira nasceu a 10/11/55 e faleceu em 29/03/2016.-----
Personalidade incontornável da Costa Nova, freguesia da Gafanha da Encarnação, Lurdes Vieira destacou-se nomeadamente pela sua paixão à terra e ao associativismo, por uma vertente de poeta e pela sua imensa devoção à Nª Senhora da Saúde, militando ativamente até à exaustão em todos os eventos religiosos da sua padroeira.-----

A sua dedicação à terra e ao seu povo fez com que ingressasse no PSD e exercesse mandatos, tanto na Assembleia de Freguesia da Gafanha da Encarnação, onde exerceu o lugar de Presidente da mesma em vários mandatos, inclusive o atual mandato até à sua morte, como na Assembleia Municipal de Ílhavo durante dois mandatos, onde defendeu com convicção a sua terra, a sua cultura, as suas gentes da Costa Nova e o município de Ílhavo.-----
Mulher de uma força anímica sem par, ganhou durante anos e anos batalhas duríssimas contra uma imensidão de enfermidades que a assolaram, nunca baixando a guarda, nunca se deixando limitar nas suas esperanças e nunca deixando fugir a alegria da participação pública e o empenho na luta cívica.-----
São amplamente reconhecidas as suas qualidades de diálogo e bom entendimento, trato afável, capacidade de fazer amigos, empenho e dedicação numa cidadania ativa e solidária, bem como a vontade de fazer sempre mais e melhor. O grupo parlamentar do PSD reconhece a Lurdes Vieira a dedicação, a perseverança e a mestria com que se dedicou à causa pública e de cidadania, tornando-se uma personalidade incontornável da Costa Nova e do Município de Ílhavo, propondo que a Assembleia Municipal de Ílhavo:-----
• Aprove um Voto de Pesar pelo falecimento de Maria de Lurdes Jesus Vieira;-----
• Apresente à sua família e amigos, em especial, ao seu filho Luís Vieira, as mais sentidas condolências, juntando-se assim a todos os que lamentam a morte da ilustre ilhavense.-----
Ílhavo 29 de Abril de 2016. Grupo Parlamentar do PSD”-----

Colocado à **VOTAÇÃO** o Documento nº. 2, é o mesmo **aprovado por maioria**, e subscrito por todos os grupos parlamentares com excepção do representante do Bloco de Esquerda.-----

DOC. 3 – Apresentado pelo Grupo parlamentar do Partido Comunista Português – PCP.-----

“Moção sobre o 25 de Abril-----

No 42º aniversário da Revolução de Abril e 40º. Aniversário da Constituição da República-----

Considerando que assinalamos este ano o 42º aniversário da Revolução de Abril e 40º. Aniversário da Constituição da República do Portugal liberto da repressão, censura, prisões e tortura dos muitos a democratas e patriotas que se bateram pela liberdade e a democracia;-----

Considerando que a consagração do Poder Local Democrático foi uma das mais relevantes conquistas da Revolução de Abril;-----

Considerando que da Revolução de Abril e a aprovação da Constituição da República Portuguesa foi um dos maiores atos de afirmação de soberania e independência nacionais;-----

A Assembleia Municipal de Ílhavo, reunida a 29 de Abril de 2016, delibera;-----

1 – Saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa que são base para a política que sirva Portugal e os Portugueses.-----

2 – Apelar ao executivo da Câmara Municipal de Ílhavo para que não continue a deixar que esta data em branco e no futuro, ao contrário dos últimos anos realize comemorações incentivando os munícipes na sua participação.-----

O membro do PCP na Assembleia Municipal de Ílhavo, Daniela Santiago”-----

Sobre este documento, inscreveram-se para uso da palavra os seguintes membros:-----

Sérgio Lopes: Saúda o PCP por invocar o 25 de Abril aqui na Assembleia dizendo que é a razão da existência das Assembleias Municipais e da eleição democrática dos órgãos autárquicos. Considera lamentável que a Câmara Municipal de Ílhavo não tenha organizado comemorações ao 25 de Abril, especialmente neste ano da comemoração dos 40 anos do Poder local Autárquico e da comemoração da Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de abril de 1976. Foi precisamente há 40 anos que a Assembleia Constituinte aprovou a Constituição da República Portuguesa que iria entrar em vigor 23 dias depois, precisamente no dia 25 de abril. Salienta a obrigação do respeito mútuo pelo poder e oposição e o respeito pelo Estatuto do Direito da Oposição. Termina dizendo “que ainda temos muito Abril por cumprir ainda”-----

João Bernardo: Felicita com agrado a Moção e chama a atenção da CMI pelo fato de não ter comemorado o 25 de Abril. Diz também que é necessário, para entender a existência da AMI se deve ao 25 de Abril. Felicita a Junta de Freguesia de S. Salvador pelas comemorações do 25 de Abril que levou a cabo e que foi muito participada.-----

António Pinho: O voto sendo equilibrado, a discussão desilude, a maior conquista de Abril é o fato de ser de toda a gente. Temos até no país, uma associação que se auto denomina dona do 25 de Abril! Também não estaríamos aqui se não tivesse havido o 1 de Dezembro “A Restauração”! Ou mesmo o 25 de Novembro! A maior conquista do 25 de Abril é a democracia que considera algo natural. Vivemos felizmente em democracia e isso é que é importante. A

Constituição e o 25 de Abril não são a mesma coisa! A prova disso é que a constituição já foi revista algumas vezes dizendo mesmo que é normal. Afirma que lhe parece também normal e maduro, que os Municípios façam o que entenderem fazer e isso é que é liberdade. Refere ainda que a pior coisa que se pode fazer ao 25 de Abril é fechá-lo em qualquer Salão Nobre, com uma Sessão Solene, o 25 de Abril não necessita disso. Afirma para finalizar “O 25 de Abril é Liberdade”.

Presidente da Mesa abre mais inscrições, tendo-se inscrito:

Flor Agostinho: Todos estamos de acordo com a Moção mas não podemos é concordar com os considerandos finais, o 25 de Abril é o dia-a-dia. É vivê-lo nas famílias e em toda a parte onde nos encontramos, isso sim é o 25 de Abril, espírito da democracia e por isso não estamos de acordo com a proposta final. As autarquias têm o direito de fazer ou não fazer festejos, isso sim é o 25 de Abril, impor à Câmara isso seria o 25 de Novembro, o que felizmente não foi conseguido.

Eduardo Conde: Este membro dita para a ata a seguinte **Declaração de Voto:**
...Nasci aqui ao pé do mar duma garganta magoada no cantar. Eu sou português aqui o português sem mestre, mas com jeito. Eu sou português aqui e trago o mês de Abril a ecoar dentro do peito...

Colocado à **VOTAÇÃO** o documento nº. 3 é o mesmo **aprovado por maioria** e também subscrito pelos grupos parlamentares do PS e do BE que com o PCP, votam a favor, tendo usado a abstenção os grupos do PSD e do CDS/PP.

DOC. Nº. 4 – Apresentado pelo Grupo parlamentar do Bloco de Esquerda – BE.

“Moção Esterilização de animais errantes e domésticos

Considerando que:

1 - Em Portugal tem sido seguida, salvo honrosas exceções, uma política de erradicação de cães e gatos errantes que se baseia no abate anual de dezenas de milhares de animais que dão entrada nos canis/gatis e centros de recolha oficiais, no seguimento do abandono pelos donos ou que nascem já nas ruas.

2 - Este abate é eticamente condenável, porque retira aos animais aquilo que lhes é mais valioso – a vida -, e porque não é para os humanos a única forma de lidar com esta situação.

3 - O abate dos animais quando existem outras soluções cria na esfera das relações entre as pessoas e os seus animais o parêntesis da sua desvalorização como seres possuidores de interesses, necessidades e vida, banalizando a violência para com eles e para com outros seres humanos, colocando-nos como uma sociedade mais atrasada, que não consegue respeitar os animais com os quais decidimos partilhar as nossas vidas.

4 - A política de erradicação implementada não resolve os problemas de reprodução e abandono existentes pois o abandono, a rapidez de reprodução de animais não esterilizados, em casa dos donos ou na rua, a venda impulsiva de animais e a falta de adoção superam as sucessivas mortes provocadas no conjunto dos animais errantes.

5 - A prática da esterilização para reduzir a sobrepopulação de cães e gatos é uma opção mais eficaz e economicamente menos dispendiosa face ao custo verificado com as recolhas, alimentação, eutanásia e incineração.

6 - Não existem campanhas de esterilização gratuita de animais no concelho de Ílhavo.

7 - O Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Ílhavo (CROACI), é conhecido por ser essencialmente um canil de abate, ou seja, onde os animais recolhidos são abatidos poucos dias depois de lá darem entrada.

8 - O canil encontra-se sobrelotado, pelo que sempre que são recolhidos novos animais, outros são abatidos para libertar espaço.

O Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Ílhavo reunida em sessão ordinária de 29 de Abril de 2016, delibere:

A criação de um posto móvel para efetuar esterilizações e tratamentos de cães e gatos, com atendimento prioritário nos locais onde possa existir um maior número de animais negligenciados/abandonados, trabalhando com as associações e grupos de proteção dos animais do concelho, clínicas veterinárias e outras entidades da sociedade civil para o lançamento e manutenção desta estrutura.

Ílhavo, 29 de Abril de 2016 O Representante do Bloco de Esquerda.

O documento conforme acima se explica é retirado, pelo proponente.

DOC. 5 – Apresentado pelo Grupo parlamentar do Bloco de Esquerda – BE.

“Requerimento-----

Apresentado por: Kevin Tavares (BE) -----

Assunto: Utilização do carcinogénico glifosato pelos serviços da Câmara Municipal de Ílhavo-----

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo,-----

A Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro (AIIC) da Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o glifosato como “carcinogénico provável para o ser humano”. A investigação da AIIC identificou a relação entre a exposição ao herbicida e o Linfoma não-Hodgkin. Este tipo de cancro de sangue é dos cancros que mais se regista em Portugal, com cerca de 1.700 novos casos por ano.-----

O glifosato, enquanto herbicida, tem uma utilização sistémica não seletiva, é de venda livre e fácil acesso. Em Portugal, em 2012 foram aplicadas 1.400 toneladas deste tipo de pesticida. A sua utilização é ao nível do solo para limpar os campos antes das sementes, mas também na água como desinfetante.-----

No país, o seu uso é generalizado na agricultura e também nos serviços de autarquias que o aplicam em praças, jardins, passeios, estradas e cemitérios. Este composto tem sido ligado a vários problemas ambientais e de saúde pública por diversos estudos científicos e a Quercus e a Plataforma Transgénicos Fora lançaram, em março de 2014, um apelo público para que as autarquias portuguesas deixem de usar glifosato nos espaços urbanos.-----

O Bloco de Esquerda apresentou já propostas no sentido de proibir o uso do glifosato e implementar métodos alternativos. Consideramos imperiosa a promoção de espaços públicos sem glifosato e livres de pesticidas com o recurso a meios mecânicos, térmicos, manuais ou outros. É essencial proteger a saúde pública e o ecossistema. Assim, é necessário conhecer a dimensão do problema.-----

Atendendo ao exposto, nos termos legais e regimentais aplicáveis, venho por este meio requerer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo que diligencie junto da Câmara Municipal para que responda às seguintes questões: -----

1. Os serviços municipais utilizam glifosato? Os serviços contratados pela autarquia utilizam, nesse âmbito, glifosato? Qual a quantidade anual utilizada de pesticidas com glifosato?-----
2. Caso se registre a utilização de glifosato, a autarquia tem algum plano para abandonar esse uso e implementar outros métodos? -----

Ílhavo, 29 de abril de 2016. Pelo Bloco de Esquerda”,-----

Colocado à **VOTAÇÃO** o documento nº. 5 é o mesmo aceite a sua apresentação por unanimidade e posterior envio ao Presidente da Câmara, para informação à Assembleia na próxima Sessão.-----

Presidente da Mesa: Informa que em termos Regimentais, o tempo para PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA, se encontra esgotado e até ultrapassado, não havendo lugar a mais nenhuma inscrição.-----

Sérgio Lopes: Propõe, invocando o nº. 4 do artigo 46º. do Regimento prolongamento de mais 30 minutos, deste período.-----

Presidente da Mesa: Coloca a votação a proposta, **que é recusada**, com 15 votos a favor dos grupos parlamentares do PSD e CDS/PP e 9 votos a favor dos grupos parlamentares do PS, PCP e BE.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

Presidente da Mesa: Coloca em análise o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, com a leitura do **Ponto 1 - Informação do Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal no período compreendido entre 01/02 e 15/04/2016, e, dá a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento:** -----

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara: Diz que o documento é claro e objetivo e realça a informação relativa aos processos jurídicos que correm os seus tramites, dizendo que esta informação é clara e transparente e também se encontra nas atas da Câmara que estão do site da mesma para quem as queira consultar. Fica aos dispor dos membros para qualquer esclarecimento solicitado.-----

Presidente da Mesa: procede a inscrições para a 1ª: Intervenção dos membros, inscrevem-se:-----

Carlos António: Salaria a adjudicação do quartel da GNR em Ílhavo com o contrato de execução de 9 meses, dizendo que é uma mais-valia que vai melhorar substancialmente as condições de trabalho de todos os operacionais que prestam serviço à comunidade. Cita a abertura do concurso para a ampliação dos balneários do Vista Alegre, criando assim mais e melhores condições na prática desportiva. Realça ainda a abertura do concurso do relvado sintético do NEGE, a requalificação do Edifício para a Casa da Musica da Gafanha da Nazaré, obra muito ansiada e

esperada. Destaca o Cais dos Pescadores da Gafanha de Aquém, dizendo que já teve a inauguração adiada, mas o equipamento está aí. Foi muito importante a requalificação da Estrada Florestal nº. 1, que faz o acesso à Zona Industrial da Mota. Diz ainda que atendendo ao volume financeiro de obras em projeto ou em execução esta é uma Câmara em movimento, que de modo algum se pode dizer que está inativa como querem fazer passar, propiciando aos seus munícipes melhor qualidade de vida e com boas infraestruturas.-----

Irene Ribau: Destaca neste período a atividade dedicada a crianças e jovens nomeadamente a requalificação da EB 1 da Cale da Vila, dando mais qualidade ao espaço educativo e permitindo mais atividades que interligam a vertente educativa e a vertente lúdica. Não destacaria das muitas ações realizadas nenhuma como especial, porque todas foram muito especiais para as crianças e jovens.-----

Bárbara Gabriel: Destaca o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município, constituindo um elemento que vai suportar cada vez mais a prioridade de investimento dada a sua relevância no Plano de Ação Integrado para as comunidades mais desfavorecidas e que comporta áreas infra municipais com características sócio funcionais, evidenciando a condição de área crítica do território municipal. São Planos sustentados pelo PEDU, que realçam a sua importância. Dada a sua complexidade, muitas das candidaturas têm de ser muitas vezes auxiliados por agentes externos, havendo mesmo financiamento para ajuda da sua elaboração. Neste caso todo o trabalho que já foi feito na CMI é de felicitar. Realça também o trabalho de captação de Fundos, uma vez que eles existem e é necessário proceder ao trabalho para sua captação, felicitando a Câmara por todo esse dinamismo.-----

Flor Agostinho: Confirmando a intervenção anterior reforça que esse trabalho é uma súplica que diz bem da estratégia implementada a todos os níveis. É salutar verificar que o nosso Museu Marítimo e Navio Museu Santo André teve uma dinâmica de utilização e usufruto das populações bastante significativo, atingiu um record de visitas, assim como os Centros Culturais que tiveram um número bastante significativo de ações durante o ano. A biblioteca Municipal teve também várias ações relevantes e muito participadas. São pequenas equipas de funcionários que colocam toda esta atividade em funcionamento. Destaca o reconhecimento dado ao Município pelo Senhor 1º. Ministro na apresentação de um novo projeto.-----

João Bernardo: Começa por dizer que se congratula com a inauguração do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo e deixa uma saudação muito especial a todos os Bombeiros. Sobre o edifício do antigo quartel, diz ser sempre útil ouvir vozes discordantes, porque a solução agora encontrada parece bem mais ajustada, melhor e mais respeitadora dos dinheiros públicos. A CMI iniciou um debate sobre a carta educativa e salientamos o diagnóstico elaborado pela Fundação Manuel Leão e subscrito pela Câmara de Ílhavo, onde se pode verificar que no município de Ílhavo, há uma taxa muito elevada de abandono escolar e saída do município para municípios vizinhos nomeadamente Aveiro e Vagos. Salienta ainda que há muito, muito tempo o grupo do PS vem dizendo e chamando a atenção daquilo que o relatório evidencia, acresce ainda que já em 7 maio de 2015, também um membro do PSD nesta Assembleia o alertou. A Câmara recusa-se a avaliar o porquê dos alunos depois do 4º. Anos preferirem o Município de Vagos e Aveiro. Tal como plasmado neste documento, não faz sentido algum construir centros escolares sem uma carta educativa eficiente e eficaz. Diz ainda que teve conhecimento de uma reunião restrita de apresentação e debate da carta educativa em que foram convidados os partidos com assento na AMI, mas que o PS certamente por algum lapso não recebeu o convite. É necessária uma carta educativa, que não seja letra morta.-----

Sérgio Lopes: Refere notícias quanto ao que o Porto de Aveiro pretende fazer para mitigar os efeitos da movimentação e armazenamento de petcoque naquele porto, dizendo que este assunto deveria ter mobilizado o esforço de todos e em especial das autarquias, o que não sucedeu. Saúda que a luta da população comece a dar frutos, pese embora a população se ter visto abandonada na sua luta pelas autarquias locais, que tinham obrigação de as apoiar. Regista e saúda os projetos de resolução apresentados e aprovados na Assembleia da República sobre este tema, apresentados pelo PS, CDS/PP, e BE, sublinhando que o PSD, para além de ser o único partido com deputados eleitos pelo distrito que não apresentou qualquer projeto sobre o assunto ainda se absteve no projeto do PS e votou contra o do Bloco, votando favoravelmente apenas o do CDS/PP. Afirma dizendo que os projetos são semelhantes na substância, só a politiquice poderá levar a esta diferenciação no sentido de voto do PSD. Esta posição daquele partido na Assembleia da República demonstra que o PSD não se preocupa na Assembleia da República com a compatibilização entre a actividade económica desenvolvida no porto de Aveiro e a qualidade de vida dos habitantes da Gafanha da Nazaré, com os eventuais perigos para a saúde pública desses mesmos habitantes, o que não surpreende dado que é coerente com a posição do PSD em Ílhavo, cujos autarcas e dirigentes fizeram até troça com as preocupações da população. -----

Continua, congratulando-se por finalmente a Câmara cumprir a lei na informação respeitante aos processos judiciais pendentes. Honra seja feita ao PCP que desde o início deste mandato, insiste para que o executivo nesse ponto dê conta dos processos judiciais pendentes. São informações muito importantes, processos que envolvem cerca de 3 milhões de euros e os partidos aqui representados só com informação adequada e atempada podem fazer a fiscalização da atividade municipal. Alude ao processo do terreno da biblioteca como o motivo para terem sido sempre escondidos os processos judiciais pendentes desta assembleia, não havendo agora razões para esconder os processos que envolvem a Câmara, verificando-se que são informação de grande importância e que envolvem valores significativos.-----

João Roque: Reforça o que disse o membro Sérgio Lopes sobre os projetos apresentados na Assembleia da República e aproveita para dar os parabéns à ADIG que foi o seu mentor. Afirma que a ADIG tem tido dificuldade em reunir com o Presidente da Câmara. Chama a atenção da areia que se acumula no paredão do molhe Sul na Barra dificultando a passagem de pessoas e veículos de emergência. Pergunta para quando a conclusão das obras na Rua D. Manuel Trindade Salgueiro? Diz também que há antigos moradores do forte da Barra cujas casas estão degradadas e desabitadas e continuam a ter que pagar IMI, não lhes sendo permitido recuperar as habitações.-----

Hugo Lacerda: Há cerca de 2 anos questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o Tribunal de Ílhavo dizendo que nunca viu na atividade municipal qualquer referência ao Tribunal desta Comarca. Pergunta agora ao Senhor Presidente se tem conhecimento de acréscimo ou decréscimo de processos a decorrer neste Tribunal e se existe ou não o perigo real deste vir a deixar de funcionar uma vez que existem problemas de segurança ou até de dignidade no trabalho naquele edifício?-----

Kevin Tavares: Começa por enaltecer a inauguração do Quartel dos Bombeiros de Ílhavo. Enaltece o vasto conjunto de atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal nas diversas áreas e colocadas à disposição da população, deixando uma nota relativamente aos Acordos de Cooperação com as Associações de Pais por as considerar bastante exíguas. O Município investe muito em edifícios escolares e depois os apoios ao funcionamento são poucos. -----

Hugo Rocha: Felicita a Câmara Municipal por se ter associado aos festejos dos 15 anos da elevação a Cidade da freguesia da Gafanha da Nazaré. Dá também os parabéns pelo vídeo apresentado dizendo que o mesmo está bem concebido e espelha bem a nossa freguesia. Dos 80 pontos apresentados na comunicação, felicita as 11 iniciativas de cariz marítimo, aproveitando também para destacar a sua qualidade de marujo. Salienta ainda as atividades da EMER.-----

António Pinho: Das atividades do Feriado Municipal de Ílhavo realça o reconhecimento feito a Carlos Sarabando como homem dedicado ao associativismo, não descuidando o mérito das restantes atribuições que lhe são atribuídas e faz também uma referência ao momento alto efetuado com os festejos do aniversário da elevação a Cidade da Gafanha da Nazaré. Destaca também a inauguração do Novo Quartel dos Bombeiros dizendo que foi alcançado um objetivo muito desejado, realçando também outro homenageado neste feriado municipal o Dr. João Resende, que não teve a oportunidade de ver esta querida obra concluída. Diz que as obras ficam graças aos homens que passam pelas Associações e também referencia os outros homenageados naquele dia.-----

Terminadas as intervenções dos membros o Presidente da mesa, dá a palavra ao Presidente da Câmara:-----

2ª. Intervenção do Presidente da Câmara: Inicia a sua intervenção dizendo que o ano de 2015 foi um dos melhores que a CMI teve nos últimos anos. Da nota que a Câmara já tem licenciado o enrocamento para colocar entre o Cais dos Pescadores da Gafanha de Aquém e a Ponte Juncal Ancho. A CMI vai proceder a esse enrocamento na sua 1ª. Fase, muito em breve para defesa das marés que são bastante altas. Depois numa 2ª. Fase far-se-á a obra do espaço envolvente. Todas as obras e ações que estão elencadas na atividade municipal foram ou estão a ser executadas e foram bem pensadas para as pessoas. O representante do BE diz que a verba para as Associações de pais é pouco? São 350 mil euros, nós achamos que é justa e equilibrada e as Associações de Pais também concordam. Não se entende a oposição, por um lado não querem que a Câmara obtenha receita, por outros criticam considerando tudo pouco. No âmbito do reforço do FEDR em 5 milhões de euros, informa que esta verba não é só para a regeneração urbana em Ílhavo, esta verba apoia a regeneração urbana, as vias cicláveis suaves e a comunidade desfavorecida, requalificação do edifício municipal no Bebedouro na Gafanha da Nazaré. Ao membro João

Bernardo diz que nunca existiu nenhuma solução para o antigo quartel dos Bombeiros, existiram ideias, e a 1ª. Solução estudada e trabalhada com o projectista é esta que agora foi feita. O PEDU, investimento elegível de 6,25 milhões de euros abrange remodelação do centro de Ílhavo, a finalização do parque Illiabum com ligação ao esteiro da Malhada e a recuperação do antigo matadouro de forma integrada. Abrange também o resto da requalificação das vias no âmbito do RUCHI. A ARU vai permitir benefícios fiscais para a recuperação dos edifícios particulares, empréstimos a longo prazo e espera uma boa correspondência dos privados. Sobre a carta educativa diz não saber o porque do PS não ter recebido o mail, foi pena, mas falaremos disso mais tarde. A Flor Agostinho diz o Presidente que acredita que o Museu da Vista Alegre, associado ao Museu Marítimo vai ser uma mais-valia, com crescendo de visitantes e aumentar o record atingido. Cita que o 1º. Ministro veio a Ílhavo, mais precisamente à Vista Alegre, pelos excelentes resultados alcançados e é também o reconhecimento da valorização do património. Ao membro João Roque, diz que a ADIG não tem qualquer dificuldade em reunir com a Câmara. Houve uma reunião marcada para as 15h00, entretanto foi recebida uma chamada a convocar o Presidente para uma reunião sobre o PEDU em Coimbra e o Vice-Presidente naturalmente disponibilizou-se para se reunir com o Presidente da ADIG, no entanto este teve o desprazo de se recusar a ser recebida pelo Vice-presidente, o que não dignificou nada aquela Associação. A Câmara não fez nada no que respeita as areias no paredão, porque nada tem que fazer! É uma responsabilidade do Porto de Aveiro. A Câmara tem procedido a limpezas onde lhe compete fazê-lo. A Rua D. Manuel Trindade Salgueiro, já explicou várias vezes, teve um problema com a falência de uma empresa do consórcio e a obra esteve parada, houve o processo de negociação procurando-se a melhor solução para concretizar a obra. Quanto à questão das casas do Forte da Barra, diz desconhecer o que quer que seja e nunca ninguém pediu nenhum esclarecimento à Câmara. Diz saber que há questões relacionadas com a propriedade os terrenos naquela zona e diz não ser juridicamente fácil de resolver. A Hugo Lacerda informa que na Segunda-feira desta semana teve uma reunião com a Secretária de Estado da Justiça e não se falou em nenhuma questão relativamente a encerramento, mas sim a recuperação do edifício. O Ministério não paga renda e a manutenção compete-lhe. Oferecemos à Secretária de Estado a nossa disponibilidade para as negociações para agregar o edifício onde se encontra actualmente a GNR. Kevin falou da atividade da Câmara, reconhecendo o trabalho desenvolvido. Hugo foi com muito gosto que a Câmara se associou ao aniversário da elevação a Cidade da Gafanha da Nazaré, destacando a realização de uma reunião de Câmara pela 1ª vez no Salão Nobre da Junta de Freguesia, tendo sido muito participada e importante. Ao membro António Pinho, subscrevo inteiramente o que disse relativamente às pessoas que referenciou.-----

Presidente da Mesa, abre inscrições para 2ª. Intervenção dos membros:-----

Eduardo Conde: Refere a importância do investimento no NEGE e ainda sobre a atividade municipal destaca dizendo que é fundamental promover ações na área do ambiente, bem como o combate ao escaravelho da palmeira. Sugere ainda que seja estudada a possibilidade de travar o avanço do penacho no Concelho, que provoca graves problemas de saúde, especialmente a quem sofre de alergias.-----

João Bernardo: Esclarece que houve um protocolo que definia já o destino do edifício do antigo quartel dos Bombeiros. Foi reposto o piso na estrada entre a Ponte da Barra e a Costa Nova e pergunta para quando a pintura dessa via? Politicamente a questão que o PS coloca entre a cobrança de impostos e a aplicação do dinheiro em obra é: Se a opção de determinadas obras vai de encontro aos anseios das populações ou se estas escolheriam na sua maioria não ter essas obras! A questão não é “queremos mais obra com menos receita”, são opções políticas, felizmente não coincidentes. -----

Sérgio Lopes: Compreende que o Presidente não queira responder às questões sobre os processos judiciais pendentes, porque seria tentar explicar o inexplicável. Ficamos a saber que para além do milhão de euros do terreno da biblioteca, a Câmara escondeu também 3 milhões em processos pendentes, sendo um deles um litígio que representa mais de 2 milhões, sendo certo que, independentemente de quem o vença, a informação não deveria ter sido ocultada da Assembleia.-----

Hugo Lacerda: O Tribunal serve a população de Ílhavo, e deve ter o mínimo de dignidade. Independente de ser da competência do Ministério da Justiça, deve ser dada a melhor atenção pela Câmara, porque neste momento não tem quaisquer condições de segurança.-----

João Roque: As guerrinhas de competências! Em meia horinha ia uma máquina e tirava as areias... não podemos desculpar-nos que a competência é só do outro. -----

Kevin Tavares: Dizer que 350 mil euros para as Associações de Pais é muito dinheiro? Tendo em conta que a autarquia ao atribuir estas verbas se demite das suas responsabilidades o BE o que questiona é se as verbas são ou não suficientes? -----

3ª. Intervenção do Presidente da Câmara: Ao membro Eduardo Conde, diz que o tratamento da praga do escaravelho é muito caro e não é garantido. Os especialistas dizem que o tipo de palmeira onde existe a praga não vai resistir a esta. Ao membro João Bernardo, responde que a pintura na via está prevista, não pode é ser imediata à colocação do asfalto e o tempo também não o tem permitido. Quanto a opções políticas estamos de acordo. Ao membro Hugo Lacerda, diz que cada um tem de assumir as suas responsabilidades e cada instituição tem de se habituar a assumir as suas competências. Ao membro João Roque, coloca o assunto nos mesmos moldes, cada um assume as suas competências e responsabilidades. -----

Presidente da Mesa: Terminada a análise do ponto 1, coloca a apreciação dos membros o **Ponto 2- Apreciação e votação dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre o Município de Ílhavo e as Juntas de Freguesia**, para cuja explicação dá a palavra ao Presidente da Câmara;-----

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara: Os contratos Interadministrativos vêm dentro da linha habitual e concordância com as Juntas de Freguesia. Os Presidentes de Junta queriam mais dinheiro, o Presidente da Câmara se tivesse essa possibilidade fazia-o com muito gosto e todos compreendemos a gestão que é necessário fazer. Acordamos que os valores se manteriam iguais aos do ano que terminou, apenas com alguns ajustamentos de prazos.

João Campolargo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador: Os contratos vão ter um final feliz com o Sr. Presidente da Câmara a admitir transferências na ordem de um milhão de euros, o que significa um pequeno aumento. A Junta de freguesia de S. Salvador tem muito gosto em trabalhar para que os Municípios tenham melhores condições e as transferências das respetivas verbas são importantes. Pensa que já é tempo de dar cumprimento ao estabelecido no número 3, artigo 16º, da lei 75/2013, e dar condições materiais às Juntas para executarem as suas competências. Há obras que têm sido bem realizadas e podem ser usufruídas pelas pessoas atempadamente. A gestão do cemitério é uma questão muito respeitada e o de Ílhavo que faz 180 anos merece toda a atenção e que se faça um trabalho eficaz e eficiente.-----

Hugo Lacerda: Diz que na sua opinião estes contratos deveriam ser discutidos com uma maior antecedência e de acordo com o Presidente de Junta, devem ser transferidas para as Juntas as suas competências. Os espaços do cidadão em sua opinião deveriam estar junto das freguesias dotados dos meios humanos necessários. As freguesias deveriam ser dotadas de mais infraestruturas, sem retirar competências à Câmara Municipal, mas avançar com mais serviços aos seus municípios. -----

Kevin Tavares: O BE tem uma opinião diferente sobre esta matéria, mas não quer deixar de salientar que a verba atribuída este ano e igual ao valor do ano passado o que contraria a tendência nacional para repor os anseios das populações. Sugere que haja mais debate no decurso das negociações. -----

Hugo Rocha: A Delegação de competências promove mais capacidade de resposta e as Juntas de Freguesias são hoje bem mais interventivas que no passado. A atribuição de competências deve ser acompanhada de capacidade financeira. Toda a gente quer mais, mas felicita o trabalho desenvolvido pelas Juntas. Este julga ser o equilíbrio possível entre a cobrança de impostos e as infraestruturas que se põem à disposição dos Municípios. -----

Carlos António, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré: Realça que foi consensual entre as 4 Juntas e o consenso resultou seguramente do cumprimento rigoroso do que os Presidentes de Junta assumiram nos contratos anteriores bem como dos compromissos da Câmara. Este cumprimento dá confiança a quem trabalha e a possibilidade de fazer uma gestão a sério. O fato da Câmara não poder aumentar as verbas mas ajustar o tempo em que são transferidas as verbas para as Juntas de Freguesias já é uma mais-valia. -----

Luís Diamantino, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo: Informa que os contratos foram aprovados na Junta e Assembleia de Freguesia por unanimidade. Pensa que as pessoas não conhecem a realidade da freguesia do Carmo, realçando que todos gostávamos de ter mais dinheiro e aproveita para agradecer a solidariedade dos colegas das outras Juntas de Freguesia. -----

António Rocha, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação: O que custa perceber é que três anos depois de a Lei entrar em vigor ainda não foi clarificada esta questão das transferências. Refere-se às Juntas de Freguesia mais pequenas, dizendo que é claro que as Juntas não têm capacidade para executar as competências que estão estipuladas na lei. Ou esta está mal feita, ou já deveria ter sido revista! Os contratos são importantíssimos e se não fossem estas transferências as transferências do Governo não dava sequer para a luz que se gasta. As despesas da freguesia não são diretamente proporcionais quer à área quer à população. -----

2ª. Intervenção do Presidente da Câmara: Agradece as declarações de todos os Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho, dizendo que todos sentem os problemas ainda que de uma forma mais direta, mas sentem bem que as transferências fazem a diferença. No 1º. Ano de vigência da lei foi discutida com ênfase, a questão das transferências de competências, teríamos as Juntas da Gafanha da Nazaré e S. Salvador com capacidades para as executar! Parece não ser um problema de maior e não nos parece bem ter Juntas a funcionar em moldes diferentes. A CMI é uma das poucas do país que cumpre religiosamente os seus pagamentos às Juntas e Associações. A 1ª. Tranche vai ser transferida que é 50% do valor. No Distrito de Aveiro a CMI é a 2ª. Câmara a ter este espaço e para isso são necessários recursos, nomeadamente humanos. Este Governo não quer espaços de cidadão e já disse que quem tem, tem, quem não tem não vai ter. A Kevin diz que o ano passado a subida foi de 25% e este ano decidimos manter, no próximo logo se verá. -----

Presidente da Mesa: Terminadas as intervenções, coloca a votação o ponto em análise: **VOTAÇÃO:** Aprovado por maioria com 23 votos a favor grupos parlamentares do PSD., PS, CDS/PP e PCP e voto contra do BE.-----

Presidente da Mesa: Informa que se atingiu a hora Regimental para o fim desta reunião e por isso a vai declarar encerrada, não sem antes desejar um bom fim-de-semana, boa comemoração do dia do Trabalhador, 1 de Maio, que comemora também em simultâneo o dia da mãe. A Sessão terá continuação nos termos da Convocatória na próxima semana, com a segunda reunião.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi e vai ser assinada por mim e pelo Presidente da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia _____

O 1º Secretário _____

ESTA ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE, NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 2016/06/17.